

Índios ameaçam ocupar terras em Aracruz

Cansados de esperar pela demarcação, os Tupiniquins e Guaranis pretendem demarcar 13.579 hectares de terras ao redor da aldeia

Os índios das aldeias Tupiniquim e Guaraní, localizadas no município de Aracruz, ameaçam fazer a auto-demarcação de 13.579 hectares de área ao redor de suas aldeias. Na prática significa que irão invadir terras atualmente pertencentes à empresa Aracruz Celulose.

A data da demarcação não foi anunciada, mas os representantes indígenas prometem não esperar muito tempo e contam com o apoio da Funai para evitar confronto durante a operação.

A decisão foi anunciada ontem, durante coletiva dos representantes indígenas à imprensa. De acordo com o vice-cacique Guaraní, Antônio Carvalho, a autodemarcação foi a única alternativa encontrada para "retomar a posse das terras que tradicionalmente nos pertencem".

O gerente de Meio Ambiente da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo, informou ontem que deste a última sexta-feira, quando surgiram rumores da autodemarcação, a empresa conseguiu na 3ª Vara Federal uma liminar do juiz Alexandre Miguel garantindo proteção judicial às terras pertencentes à Aracruz.

Alberto Roxo disse que espera não haver invasão e tampouco conflito, mas espera, também, que a Polícia Federal faça cumprir a determinação judicial. "Ao não concordar com a decisão do ministro, os índios podem recorrer à Justiça. Mas invasão foge à democracia", resumiu.

DEMARCAÇÃO - Há anos os índios Tupiniquim e Guaraní lutam pela demarcação dos 13.579 hectares, com levantamento antropológico feito por representantes do Governo Federal e, segundo Carvalho, com o ministro da Justiça, Iris Rezende, tendo acenado com a demarcação solicitada.

Mas na última sexta-feira, o ministro da Justiça determinou a ampliação das terras dos índios capixabas em 2.571 hectares. A decisão, segundo o cacique da aldeia Irajá, localizada em Caieiras Velha, Aracruz, Jonas do Rosário, "é um desrespeito aos nossos direitos e à Constituição".

Ao não "reconhecer o direito dos índios", argumentam os caciques, o Governo brasileiro está "pisando na Constituição". Os índios acusam o ministro Iris Rezende de estar "legislado" a favor da empresa Aracruz Celulose, proprietária da maior parte de terras na região, onde faz plantio de eucalipto.

FAVORECIMENTO - Para os representantes indígenas, a prova do favorecimento à Aracruz Celulose está no fato de no dia 18 de fevereiro deste ano a empresa ter proposto aos índios um acordo, aceitando ampliar a reserva em 2.571 hectares, mesma quantia definida na última sexta-feira pelo ministro.

A proposta feita pela empresa e a recusa dos índios foi informada ao presidente da Funai, Sullivan Silvestre Oliveira. Na mesma correspondência, os índios reafirmaram a reivindicação: 13.579 hectares.

Além disso, no dia 24 de janeiro, as lideranças indígenas estiveram reunidas com o presidente da Funai, quando firmaram um acordo que garante "envio de esforços da Funai para acompanhar a comunidade e evitar qualquer ato de violência, abuso ou agressão contra os índios."

Ontem, a Comissão Tupiniquim e Guaraní enviou ao ministro Iris Rezende uma "carta aberta", em que repudia a decisão, denuncia o atendimento "aos interesses da Aracruz" e anunciam a decisão da autodemarcação.

Além disso, a comissão esteve reunida com a bancada petista da Assembléia Legislativa em busca de apoio. Os deputados José Baiôco, Otaviano de Carvalho e Cláudio Vereza - presentes na reunião - manifestaram solidariedade e apoio à decisão dos índios.

Acompanhando os índios, o representante da Norwatch, Harald Eraker, entidade norueguesa que apóia a causa indígena, informou que o fato será denunciado às demais entidades internacionais de defesa ambiental e indígena, na tentativa de pressionar a empresa a aceitar a ampliação pleiteada pelos índios.



Nestor Müller

FAVOR

O cacique Antônio dos Santos está denunciando a existência de favorecimento do Governo à Aracruz Celulose